###### MODELO F

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO sobre projeto de utilidade pública**

**PARECER Nº , DE**

**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº ..., DE ...**

De autoria do(a) Deputado(a) ..., o projeto em epígrafe tem o objetivo de declarar de utilidade pública a ..., com sede em ...

A propositura esteve em pauta nos termos do item 2, parágrafo único, do artigo 148 do Regimento Interno, sem receber emendas ou substitutivos. Decorrido o prazo de pauta e instruído o projeto, vem o mesmo à nossa análise conclusiva, a fim de receber parecer quanto a seu aspecto constitucional, legal e jurídico, bem como quanto ao mérito, nos termos do § 1º do artigo 31 e da alínea “a”, do inciso II, do artigo 33, ambos do Regimento Interno.

Verifica-se inicialmente que a declaração de utilidade pública, no âmbito estadual, está adstrita às normas fixadas pela Lei nº 2.574, de 4 de dezembro de 1980.

Examinando a documentação apresentada, pudemos constatar que a entidade em questão preenche os requisitos estabelecidos pelo diploma legal citado, conforme passamos a expor.

1. O estatuto (fls. ... a ...), devidamente registrado no Cartório ... da Comarca de ..., comprova que a entidade possui personalidade jurídica, atendendo ao disposto no inciso I do artigo 1º.
2. O documento de fls. ... a ..., juntamente com os relatórios de fls. ... a ..., demonstra que a entidade está em efetivo e contínuo funcionamento nos últimos dois anos, dentro de suas finalidades, atendendo ao disposto no inciso II do artigo 1º.
3. O artigo ... do estatuto (fls. ...) demonstra que os cargos da diretoria não são remunerados e que não há distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, atendendo ao disposto no inciso III do artigo 1º.
4. O documento de fls. ... prova que a entidade está inscrita na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (ou no Conselho Municipal de Assistência Social), atendendo ao disposto no inciso IV do artigo 1º.
5. Os relatórios de fls. ... demonstram o exercício de atividades de caráter beneficente nos últimos dois anos, atendendo ao disposto no inciso V do artigo 1º.
6. O documento de fls. ..., concedido pelo ... (Prefeito, Delegado de Polícia, Promotor de Justiça, Juiz de Direito, Presidente da Câmara), atesta a idoneidade moral dos diretores da entidade, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 1º.
7. Por fim, o demonstrativo de fls. ..., publicado no ..., atende ao disposto no inciso VII do artigo 1º.

Quanto ao mérito, verifica-se que a entidade (EXEMPLO:) presta relevantes serviços à população, justificando a declaração de utilidade pública pretendida. Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº ..., de ...

Sala das Comissões, em

**Relator(a)**